



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.824, de 2023, do Senador Flávio Arns, que *estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica*.

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

I – RELATÓRIO

Durante a discussão do Projeto de Lei (PL) nº 3.824, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns, que estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica, foram apresentadas as Emendas nº 1-4, da Senadora Teresa Leitão.

A Emenda nº 1 acrescenta critérios socioeconômicos às bolsas de estudos previstas na alínea ‘d’ do § 1º do art. 5º do projeto.

A Emenda nº 2 inclui referência ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na alínea ‘h’ do § 1º do art. 5º do projeto.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

A Emenda nº 3 acrescenta alínea ‘i’ no § 1º do art. 5º do projeto para considerar como medida prioritária o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e a substituição progressiva de professores temporários por professores efetivos, com instituição de planos de carreira e remuneração capazes de estimular a formação continuada em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Por fim, a Emenda nº 4 altera o art. 6º do projeto, para dispor que as despesas decorrentes da aplicação da lei em que se transformar serão pactuadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, observado o disposto no § 4º do art. 211 da Constituição Federal.

II – ANÁLISE

Não vislumbramos óbices de natureza formal, constitucional, jurídica ou de técnica legislativa nas emendas apresentadas.

No mérito, as Emendas nº 1, 3 e 4 parecem-nos positivas e trazem melhorias importantes ao projeto. A Emenda nº 2, contudo, embora meritória, parece-nos desnecessária, por intentar incluir o nome de um programa específico no âmbito de uma política mais ampla, que já faz referência direta a programas tais como o PIBID.

III – VOTO

Em razão do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e pela **aprovação**, no mérito, do Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

nº 3.824, de 2023, nos termos do substitutivo já apresentado, com as Emendas nº 1, 3 e 4, e pela **rejeição** da Emenda nº 2.

Sala da Comissão, de novembro de 2023.

Senador Flávio Arns, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora

